

# Comissão muda regras para discussão do Orçamento de 92

9 OUT 1991

A Comissão Mista de Orçamento aprovou ontem várias alterações no relatório preliminar do projeto de lei do Orçamento Geral da União para 1992, do deputado João Alves (PFL-BA). A maior principal é que agora os sub-representantes poderão aceitar emendas com um limite maior de cancelamento de despesas para o remanejamento de dotações orçamentárias. Este limite será de 3% nas despesas de custeio, de 15% nos projetos destinados a Estados e Municípios e de 25% nos projetos que não estão nominalmente identificados no projeto orçamentário do Executivo. Os Estados de Santa Catarina e Rio de Janeiro terão as maiores verbas federais para o ano que vem, segundo um estudo da Comissão Mista.

Apesar do aumento dos limites — que eram de 1% para custeio e 3% para investimentos no relatório original —, os parlamentares não gostaram das mudanças. Foi mantido no texto que as modifica-

ções só poderão ser feitas dentro da mesma unidade orçamentária, ou seja, um recurso do Ministério da Ação Social que for cancelado até o limite estabelecido, só poderá ser realocado dentro do mesmo ministério. Além disso, o remanejamento de recursos não poderá ser desviado para uma outra atividade dentro do mesmo ministério, isto é, os parlamentares não poderão retirar recursos destinados a rodovias para ferrovias, por exemplo.

“É a única forma de facilitar a tramitação do orçamento, caso contrário seria o caos”, justificou o relator João Alves. Ele argumentou que com as limitações do relatório parcial será mais fácil selecionar as mais de 73 mil emendas que foram apresentadas à Comissão. O projeto de orçamento para 1992 é de Cr\$ 48,9 trilhões (orçamento fiscal e da seguridade) ou Cr\$ 51,3 trilhões (incluindo o orçamento de investimento das estatais) a preços de abril de 1991.

JORNAL DA TARDE